

Declaração de pessoa politicamente exposta (PPE)

O objetivo desta declaração é atender a Circular Bacen nº 3.461, de 24/07/2009, que consolida regras sobre os procedimentos a serem adotados para o controle e acompanhamento dos negócios e movimentações financeiras das “Pessoas Politicamente Expostas”, cuja definição encontra-se, abaixo.

Definição de pessoa politicamente exposta (PPE), conforme Circular Bacen nº 3.461, de 24/07/2009, artigo 4º: Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

No caso de clientes brasileiros, devem ser abrangidos:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União:

a) de ministro de estado ou equiparado;

b) de natureza especial ou equivalente;

c) de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

d) do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalentes.

III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os governadores de estado e do Distrito Federal, os presidentes de tribunal de justiça, de Assembleia e Câmara Legislativa, os presidentes de tribunal e de conselho de contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal;

VII - os prefeitos e presidentes de Câmara Municipal de capitais de Estados.

São considerados familiares, para efeito desta Circular, os parentes, na linha reta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

Conforme Carta-Circular nº 3430/2010, são exemplos de situações que caracterizam relacionamento próximo e acarretam o enquadramento de cliente permanente como pessoa politicamente exposta: exposta cliente da instituição, não justificada por eventos econômicos, como a aquisição de bens ou a prestação de serviços.

O prazo de 5 anos deve ser contado a partir da data de início da associação à cooperativa ou data em que passou a se enquadrar com PPE.

Conforme definição, assinale abaixo, se nos últimos 5 anos, você ou algum de seus familiares na linha reta, até 1º grau (pais e filhos), cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada, inclusive seus representantes, é ou já foi pessoa politicamente exposta no país ou no exterior:

SOU PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA? () SIM (X) NÃO

POSSUO FAMILIARES OU REPRESENTANTES (PESSOAS QUE TENHAM MINHA PROCURAÇÃO) POLITICAMENTE EXPOSTAS? () SIM (X) NÃO

Caso tenha assinalado “SIM”, preencha abaixo, os dados da pessoa politicamente exposta:

Nome completo:

Descrever o parentesco:

Especificar o cargo/ função:

Período de exercício ou mandato:

Identidade:

Órgão emissor: Data emissão:

Nascimento:

CPF:

Declaro, para os fins de que trata a Circular Bacen nº 3.461, de 24/07/2009, que as informações aqui prestadas são a expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo quanto à veracidade e exatidão. Declaro, ainda, ter ciência de que deverei manter atualizadas as informações ora prestadas.

Local e Data: LUZ/MG, 5 de janeiro de 2022.

Assinatura e nome completo